

COMPANHIA PARANAENSE DE GÁS – COMPAGAS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2002 E DE 2001

CONTEXTO OPERACIONAL

A COMPANHIA PARANAENSE DE GÁS - COMPAGAS é uma sociedade de economia mista, constituída em 6 de julho de 1994, cuja atividade principal é a exploração do serviço público de distribuição de gás canalizado, sob o regime de concessão, conforme Artigo 3º, parágrafo 1º, da Lei no 10.856/94, cujo prazo de concessão é de 30 anos, contados a partir da data de sua constituição.

O objeto da concessão consiste na exploração dos serviços de distribuição de gás canalizado e demais atividades correlatas e afins, para a utilização por todos os segmentos do mercado consumidor, seja como matéria prima, seja para geração de energia ou outras finalidades e usos possibilitados pelos avanços tecnológicos.

A Companhia iniciou suas operações comerciais a partir de 1º de outubro de 1998.

APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade do Brasil.

Na sua elaboração foram observadas as seguintes principais práticas:

- a) Aplicações Financeiras - São demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.
- b) Imobilizado - É registrado ao custo de aquisição ou construção e deduzidos da depreciação acumulada, calculada pelo método linear, com base na vida útil estimada dos bens. São capitalizados encargos financeiros sobre as obras enquanto em construção.
- c) Diferido - Refere-se a gastos de organização e administração, e encargos financeiros líquidos relativos à fase pré-operacional, bem como estudos e projetos.
- d) Ativos e Passivos Sujeitos a Atualização Monetária - São atualizados quando contratual ou legalmente requeridos, com base em índices oficiais de atualização monetária vigentes nas datas dos balanços.
- e) Apuração do Resultado - As receitas e despesas são reconhecidas e apropriadas segundo o regime de competência.
- f) Reconhecimento das Receitas – As receitas de fornecimento de gás são reconhecidas com base no consumo medido, por clientes, a preços contratuais.
- g) Benefícios a Empregados – Os planos de previdência privada e outros benefícios patrocinados pela Sociedade a seus empregados foram implementados em março de 2002, sendo estes administrados pela Fundação Copel. As contribuições são determinadas atuarialmente, quando aplicável, e contabilizadas pelo regime de competência. Em 31 de dezembro de 2002 a Sociedade efetuou a contabilização do déficit atuarial apurado na data no resultado do exercício como item extraordinário, excluindo os efeitos tributários correspondentes. As informações relativas a planos de previdência privada e outros benefícios estão descritos na nota nº 12.

IMPOSTOS A COMPENSAR

Em 31 de dezembro, o saldo de impostos a compensar era representado como segue:

	2002	2001
	R\$ mil	R\$ mil
ICMS a compensar	2.201	2.223
IR a compensar	45	919
	2.246	3.142
Menos parcela de curto prazo	(45)	(919)
	2.201	2.223

O saldo de ICMS a compensar é referente a créditos obtidos na aquisição de bens do ativo imobilizado e está registrado líquido de provisão para realização. O saldo de IR a compensar é proveniente do IRRF sobre rendimentos das aplicações financeiras.

IMPOSTOS DIFERIDOS

Em 31 de dezembro o saldo da conta de impostos diferidos era como segue:

Imposto de renda e contribuição social diferidos	2002	2001
	R\$ mil	R\$ mil
Sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social	1.289	584
Sobre provisões intertemporais	1.386	2.931
	2.675	3.515
Menos parcela de curto prazo	(1.716)	(3.273)
	959	242

Com base no lucro obtido em 2002 e na expectativa de lucratividade futura, a Sociedade reconheceu o imposto de renda e a contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social acumulados a partir de 31 de dezembro de 2001, bem como sobre as diferenças intertemporais.

IMOBILIZADO

	Taxa anual de depreciação	2002	2001
		R\$ mil	R\$ mil
Custo:			
Rede de distribuição	3,3%	69.849	63.474
Equipamentos de informática	20,0%	376	310
Móveis e utensílios	10,0%	316	210
Veículos	20,0%	98	98
Equipamentos Operação do Gasoduto	10,0%	130	67
Marcas e Patentes e outros		132	16
Imobilizado em construção		32.136	17.621
		103.037	81.796
Depreciação acumulada		(8.042)	(5.732)
Total		94.995	76.064

Em 2001 a Sociedade assinou Termo Aditivo ao Contrato de Concessão que, dentre outras definições, alterou o prazo para depreciação da rede de distribuição, adequando-o melhor à sua vida útil estimada.

DIFERIDO

	2002	2001
	R\$ mil	R\$ mil
Custo:		
Organização e administração	1.252	1.252
Estudos e projetos	1.516	1.119
Encargos financeiros líquidos na fase pré-operacional	(736)	(736)
	2.032	1.635
Amortização acumulada	(219)	(169)
Total	1.813	1.466

a) Organização e administração - Refere-se a gastos com folha de pagamento, honorários de diretoria, despesas com água, luz e telefone, despesas de viagens e outras, relativas à fase pré-operacional.

- b) Estudos e projetos - Refere-se a gastos com estudos iniciais para a realização das obras e projetos relativos a distribuição de gás para clientes residenciais e estudos para implantação da rede em Paranaguá e Norte do Paraná.
- c) Encargos financeiros líquidos - Refere-se a receitas financeiras provenientes de aplicações financeiras efetuadas na fase pré-operacional.

Os valores diferidos durante a fase pré-operacional são amortizados à taxa de 10% a.a.

EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

As obrigações por empréstimos e financiamentos referem-se à linha de crédito obtida junto ao BNDES a qual foi subdividida em quatro tranches, resumidas como segue:

Tranches	Juros % a.a.	2002 R\$ mil	2001 R\$ mil
"A" e "C"	TJLP (*) + 4,0	40.556	23.708
"B" e "D"	(**) + 4,0	7.909	2.598
		48.465	26.306
Menos parcela de curto prazo		1.727	-
		46.738	26.306

(*) Quando a TJLP exceder 6% a.a., a parcela excedente será incorporada ao saldo devedor passando a ser amortizado juntamente com o principal.

(**) Os encargos correspondentes aos valores relativos às tranches "B" e "D" são calculados a partir de índice baseado no custo médio ponderado de todas as taxas e despesas incorridas pelo BNDES na captação de recursos em moeda estrangeira, a ser divulgado pela instituição. Nos últimos doze meses o referido índice apresentou uma variação de 55,90%.

Os vencimentos são como segue:

Ano	R\$ mil
2004	5.875
2005	5.875
2006	5.875
2007	5.875
2008 e após	23.238
	46.738

TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

	Obrigações com acionistas		Despesas Financeiras		Juros Capitalizados	
	2002 R\$ mil	2001 R\$ mil	2001 R\$ mil	2001 R\$ mil	2002 R\$ mil	2001 R\$ mil
Cia. Paranaense de Energia S.A.	8.691	12.744	1.589	2.136	668	911
Petrobrás Gás S.A. - Gaspetro	4.198	6.018	763	1.026	321	438
Dutopar Participações Ltda	4.281	6.030	762	1.023	320	437
Total	17.170	24.792	3.114	4.185	1.309	1.786
Menos parcela de curto prazo	(5.388)	(6.458)				
	11.782	18.334				

As obrigações com acionistas são atualizadas com base na variação da TJLP acrescida de juros de 7,5% a.a. Os vencimentos são como segue:

Ano	R\$mil
2004	4.756
2005	4.756
2006	2.270
	11.782

Durante o exercício de 2002 foi adquirido gás natural no montante de R\$72.777 mil (R\$41.971 mil em 2001) da Petrobrás – Petróleo Brasileiro S/A, empresa ligada ao acionista Petrobrás Gás S.A. – Gaspetro. Remanesce na conta de fornecedores em 31 de dezembro de 2002, o montante de R\$18.703 mil (R\$9.369 mil em 2001) a pagar à Petrobrás. Deste montante, R\$10.795 mil (R\$5.549 mil em 2001) refere-se a aquisição de gás natural e R\$7.908 (R\$3.821 mil em 2001) à parcela de transporte do gás.

De acordo com a negociação firmada através da Associação Brasileira das Empresas Distribuidoras de Gás Canalizado – ABEGÁS, a variação cambial incidente sobre a parcela de transporte passou a ser devida no exercício seguinte ao de sua incidência, sendo faturada com base no volume estimado de consumo anual. Os montantes devidos e não faturados estão provisionados, respeitando o regime de competência.

O contrato de fornecimento de gás natural junto à Petróleo Brasileiro S.A - Petrobrás contém cláusula de consumo e transporte mínimos (“take or pay” e “ship or pay”). De conformidade com o acordado entre as partes, em reunião realizada em 16 de janeiro de 2001, a Sociedade atendeu aos volumes de consumo e transporte mínimos pactuados de forma definitiva até 31 de março de 2002 (anos 1 e 2 do contrato). Para os anos subsequentes (3 a 20 do contrato) os volumes foram acordados provisoriamente. A administração acredita no sucesso das negociações em andamento e assinatura definitiva do Termo Aditivo ao contrato, confirmando a redução das obrigações inicialmente contratadas. Ocorrendo o insucesso nas negociações, e se considerando os volumes originalmente contratados, o valor devido até 31 de dezembro de 2002 a título de “take or pay” e “ship or pay”, seria de R\$25.465 mil. Este valor poderá ser compensado em aquisições futuras no prazo de 10 anos.

Com o início das operações da Usina Termoelétrica de Araucária, em 2002 a Sociedade faturou para a Copel Geração S.A. R\$19.444 mil referentes ao fornecimento de gás natural e respectivo transporte. Este fornecimento de gás é regido por contratos assinados entre a Sociedade, a Petrobrás e a Copel Geração, contendo cláusula de consumo e transporte mínimo (“take or pay” e “ship or pay”), onde a Sociedade recebe uma margem fixa por metro cúbico contratado, reajustado anualmente.

PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A Sociedade efetua avaliação de seus riscos contingências com base em fundamentos jurídicos, econômicos e contábeis. A avaliação desses riscos objetiva classificá-los segundo as chances de ocorrência de sua exigibilidade. Conforme esta regra a Sociedade reverteu a provisão constituída em 2001, no montante de R\$7.190 mil, referente a causa de reajuste de valores contratuais da construção da rede de distribuição da Sociedade que havia sido contabilizada em contrapartida ao imobilizado, suportadas na opinião de seus assessores legais, haja vista a diminuição de seu risco de exigibilidade.

CAPITAL SOCIAL

Em 31 de dezembro de 2002, o capital social autorizado era de R\$88.500 mil, equivalente a 75 milhões de ações, e o capital social integralizado era de R\$39.648 mil, dividido em 33.600.000 ações no valor nominal de R\$1,18 cada uma, distribuídas como segue:

Acionistas	%	Quantidade de Ações		
		Participação	Ordinárias	Preferenciais
Copel Participações S/A	51,0%	5.712.000	11.424.000	17.136.000
Petrobrás Gás S.A. - Gaspart	24,5%	2.744.000	5.488.000	8.232.000
Dutopar Participações Ltda	24,5%	2.744.000	5.488.000	8.232.000
Total		11.200.000	22.400.000	33.600.000

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o resultado líquido do exercício, ajustado nos termos da legislação societária.

INSTRUMENTOS FINANCEIROS

As operações envolvendo instrumentos financeiros ativos e passivos, representadas principalmente por contas a receber, fornecedores, obrigações com acionistas e empréstimos e financiamentos, estão registrados contabilmente em 31 de dezembro de 2002 e 2001 pelos valores compatíveis com taxas de mercado para operações de prazos e riscos similares.

BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Em 1º de outubro de 2001, após ter sido aprovado pelo Conselho de Administração em sua 29ª reunião ocorrida em 24 de maio de 2001, e autorizado pelo Governo do Estado do Paraná em 13 de setembro de 2001, a Sociedade firmou convênio com a Fundação Copel para concessão de benefício de previdência complementar e assistência médica ao seu quadro funcional.

A Sociedade iniciou as contribuições ao plano em março de 2002, após aprovação do convênio pela Secretaria de Previdência Complementar –SEC.

O plano previdenciário é um plano de contribuição definida, denominado Plano Previdenciário III. O plano assistencial, que entrou em vigor a partir de abril de 2002, trata-se de um plano de saúde aos empregados e seus dependentes, denominado "Plano Pró-Saúde", que será custeado por contribuições mensais da patrocinadora e dos empregados, calculadas de acordo com critérios atuariais e normas vigentes, aplicáveis a este tipo de plano assistencial.

Em 2001, a exemplo das práticas contábeis internacionais, foi introduzida no Brasil, através do Pronunciamento do IBRACON NPC 26, a prática contábil de registro do passivo de obrigações atuariais relativas ao direito adquirido pelo tempo de serviço prestado, computado em base ao regime de competência, para as entidades que possuem planos de benefícios pós-emprego a seus funcionários, não só relativos a aposentadoria complementar, como também de natureza médico e assistencial.

O passivo registrado no exercício de 2002 em decorrência da aplicação da prática contábil acima mencionada foi no valor de R\$352 mil calculado pela empresa Actuarial – Assessoria e Consultoria Atuarial S/C Ltda, demonstrado no quadro abaixo:

Descrição	Plano de	Plano de	Total
	Previdência	Assistência	
	R\$ mil	à Saúde	R\$ mil
		R\$ mil	
Valor Presente das Obrigações Fiscais	232	307	539
Valor Presente das Obrigações de Invalidez	32	-	32
Valor Presente das Obrigações de Pensão	41	-	41
Valor Presente das Obrigações de Pecúlio	4	-	4
Valor das Contas Individuais (CD)	155	-	155
Valor Justo dos Ativos	(187)	-	(187)
Ganhos e Perdas Atuariais (1)	-	-	-
	45	307	352

(1) Por se tratar da primeira aplicação da sistemática da NPC 026 do IBRACON, não foram quantificados os ganhos e perdas atuariais.

A seguir são apresentados os dados populacionais utilizados nos cálculos atuariais:

Descrição	Total
Número de participantes	48
Idade média (em anos)	36,7
Tempo de fundo previdenciário (em anos)	0,8
Tempo de empresa (em anos)	2,2

QUADRO I
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2002 E 2001

	2002	2001
	R\$ mil	R\$ mil
Receitas de Vendas e Serviços	105.386	58.970
Abatimentos sobre vendas	(147)	(116)
Mercadorias e Serviços Adquiridos	(76.752)	(45.402)
Valor Bruto Adicionado	28.487	13.452
Depreciação e Amortização	(2.362)	(1.995)
Valor Adicionado Líquido	26.125	11.457
Valor Adicionado de Terceiros		
Receita Financeira	2.682	1.142
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	28.807	12.599
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Pessoal	3.017	2.219
Governo	17.169	7.195
Financiadores	6.166	4.458
Acionistas		
Lucro (prejuízo) Líquido do Exercício	2.455	(1.273)
	28.807	12.599

Antonio Fernando Krempel
Diretor Presidente

José Roberto Gomes Paes Lemes
Diretor Técnico-Comercial

Jacy Fernandes Toscano de Britto
Diretor de Administração e Finanças

Marcelo Munhoz dos Santos
Contador – CRC PR-021680/O/1